

# São Paulo avança no controle de madeira ilegal

Fiscalização ganha reforço da tecnologia e das ONGs para coibir desmatamento, mas medidas ainda são insuficientes

**Martha San Juan França**  
mfranca@brasileconomico.com.br

Embora ainda sejam insuficientes, as blitzes nas estradas e os cursos de capacitação dos policiais que fazem a apreensão e a fiscalização nos depósitos que compram a madeira com documentação irregular estão tornando mais difícil a vida dos destruidores da floresta amazônica no seu principal destino: São Paulo. Calcula-se que o estado é o maior consumidor de madeira nativa do mundo, recebendo 5,6 milhões de metros cúbicos ou 20% do que sai da floresta.

Entre 43% e 80% dessa produção tem origem ilegal. Diante da dificuldade de fiscalizar as serrarias na floresta, o esforço volta-se para os consumidores. O ponto de partida é bastante óbvio — se existe oferta de madeira ilegal é porque há quem compre.

Em São Paulo, estado mais adiantado no tema, o governo treinou em dois anos cerca de 250 policiais da Polícia Militar Ambiental, ou 10% do seu efetivo, para recolher amostras de toras e tábuas que circulam pelas rodovias. O percentual mostra que ainda há muito a ser feito em território paulista e nacional. Os dados colhidos durante as inspeções são transmitidos ao Instituto Florestal, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que faz a comparação com o Documento de Origem Florestal (DOF) (*leia mais no box ao lado*).

Uma das dificuldades dos policiais era identificar os tipos de madeira transportados — muitas vezes a autorização fornecida pelos vendedores não podia ser comprovada por desconhecimento das espécies transportadas. Agora, notebooks acoplados a microscópios digitais são usados nas operações. Via internet, imagens ampliadas das toras chegam para análise no Instituto Florestal. O estado tem hoje oito desses aparelhos doados pela organização ambientalista WWF-Brasil.

“Até o fim do ano, teremos 20% dos policiais treinados e a meta é chegar a 50%”, diz Car-

**Calcula-se que o estado de São Paulo é o maior consumidor de madeira nativa do mundo, recebendo 5,6 milhões de metros cúbicos, ou 20% do que sai da floresta. Entre 43% e 80% dessa produção tem origem ilegal**

los Eduardo Beduschi, diretor do Centro de Programas de Uso Sustentável e gerente do programa São Paulo Amigo da Amazônia, uma parceria com o Greenpeace, que prevê a fiscalização e o compromisso do público de usar apenas madeira legal em suas obras e compras. Há também projeto para licitação de mais 30 microscópios.

O cerco contra os madeireiros ilegais não para por aí. A organização ambientalista WWF-Brasil e o governo do estado estudam a possibilidade de fazer o rastreamento dos caminhões transportadores via satélite, demarcando cada ponto de parada. A ideia é que, no futuro, todos deverão portar um equipamento que permita acompanhar o seu trajeto e comparar com o que está escrito na documentação. Dessa forma, a Polícia Ambiental terá condições de rastrear a movimentação da madeira desde a origem na serraria até a entrega ao consumidor.

#### Outras iniciativas

“Contorna-se assim o maior gargalo da fiscalização”, diz Estevão Braga, engenheiro florestal responsável pela Rede Global de Floresta e Comércio (GFTN, na sigla em inglês), uma parceria internacional de ONGs, liderada pelo WWF, destinada a implementar melhores práticas e atuação responsável nas áreas de manejo e comércio florestal. Ele explica que normalmente a ilegalidade ocorre no início do processo, quando um caminhão com autorização para transportar toras de uma área pública ou privada, acrescenta em sua carroceria madeira vinda de outras fontes.

Um projeto piloto do sistema de rastreamento está sendo aplicado com a participação voluntária de algumas empresas do Acre, interessadas em eliminar a competição com a madeira ilegal. “Depois da aprovação do sistema, uma portaria do Estado fará com que a instalação dos equipamentos seja obrigatória”, afirma Braga. O sistema, no entanto, não prescinde da fiscalização. ■ **Colaborou Fabiana Parajara**





Atualmente, a Polícia Ambiental paulista pode saber, quase em tempo real, se a espécie de madeira objeto de fiscalização nas rodovias pode ou não ser comercializada. Há dois anos, isso era quase impossível. Havia apenas uma pessoa capaz de fazer essa identificação em todo o estado, a pesquisadora Sandra Florsheim, do Laboratório de Anatomia, Identificação e Qualidade de Madeiras do Instituto Florestal. Ela treinou outros oito técnicos para o trabalho, porém o número ainda era insuficiente para cobrir todas as blitzes do estado. Sandra conta que a variedade de espécies da Amazônia é muito grande e seria preciso a formação de dezenas de técnicos para a fiscalização. “Foi quando criamos o sistema de identificação via análise dos planos anatômicos da madeira”, afirma. “A polícia não identifica as amostras, mas aprendeu como mandar as imagens que são avaliadas no laboratório.” O programa fez tanto sucesso que Sandra foi convidada para ministrar cursos em outros estados, inclusive da Amazônia e até mesmo nos Estados Unidos para compradores de madeira nativa. Ela diz que isso ainda não é suficiente. Seu plano é criar um programa padrão de identificação digital para as espécies mais conhecidas, o que agilizaria o serviço, e um manual técnico a ser distribuído para a Polícia Ambiental. E, claro, formar mais especialistas na identificação da madeira. **M.F.**